



54 P. FRANCO da SANEPAR, RODRIGO DISCONZI, GILMAR JEFERSON PALUDO e MAURI  
55 CESAR BARBOSA PEREIRA da SEMA, MARTHA REGINA VON BORSTEL SUGAI, MONICA  
56 IRION ALMEIDA, CAMILA FREITASCLOVIS SALMAZO, ANDERSON NASCIMENTO DE  
57 ARAUJO e KIRONI PIRES da COPEL, JOANA SERRA do IAP, LEOCIR MARCOS SCOPEL,  
58 da TRACTEBEL ENERGIA, NILCE FOLLE, da FIES, JORGE PEGORARO, do Parque  
59 Nacional do Iguaçu, CARLOS MOTTA NUNES, da ANA, LILIANE VORTOLIN, da  
60 ECOPARANÁ e VINICIUS FORAIN ROCHA da ONS. Ao iniciar a reunião, a Secretária  
61 Executiva do CERH/PR, MARIANNA SOPHIE ROORDA, disse haver quorum, contando com a  
62 presença de 24 Conselheiros titulares ou suplentes representando os titulares. O Presidente do  
63 Conselho, JONEL NAZARENO IURK saudou os Conselheiros e agradeceu a presença de  
64 todos, e a seguir solicitou que a Secretária Executiva fizesse a leitura da pauta do dia, que foi  
65 aprovada por unanimidade. A seguir, mencionou a importante presença do chefe do Parque  
66 Nacional do Iguaçu, Sr. Jorge Pegoraro, tendo em vista que a pauta abrange assunto referente  
67 ao Rio Iguaçu, que tem significativos reflexos nas Cataratas do Iguaçu e no Parque Nacional  
68 do Iguaçu. Na sequência, o Presidente do CERH/PR passou ao **item 1 de pauta – posse de**  
69 **novos Conselheiros**, sendo que mencionou os novos Conselheiros titulares, Marta Yoshie  
70 Takahashi, da Secretaria de Estado do Turismo – SETU e Galdino Andrade Filho, do Comitê  
71 da Bacia do Rio Tibagi, aos quais desejou boas vindas. A seguir, passou ao **item 2 de pauta –**  
72 **aprovação da ata da 19ª Reunião Ordinária**, sendo que a mesma, após complementações  
73 solicitadas pela COPEL, foi aprovada por unanimidade. A Secretária Executiva, passando ao  
74 **item 3 de pauta – leitura do expediente**, mencionou os ofícios emitidos e recebidos pela  
75 presidência e secretaria executiva do Conselho. A seguir, o Presidente JONEL NAZARENO  
76 IURK passou ao **item 4 de pauta - discussão e deliberação sobre a proposta de instituição**  
77 **do Comitê da Bacia do Alto Ivaí e a proposição de sua Mesa Diretora Provisória** e solicitou  
78 que a Secretária Executiva MARIANNA SOPHIE ROORDA fizesse as considerações necessárias.  
79 A mesma disse que foram realizadas duas reuniões de mobilização na Unidade Hidrográfica do  
80 Alto Ivaí, uma em Prudentópolis e outra em Campo Mourão. Após estas reuniões foi eleita uma  
81 Mesa Diretora Provisória que providenciou a documentação necessária para o encaminhamento ao  
82 CERH/PR, a saber: Proposta de instituição do Comitê da Bacia do Alto Ivaí, subscrita por três  
83 setores usuários; justificativa da oportunidade e necessidade de criação do Comitê com diagnóstico  
84 sucinto da situação dos recursos hídricos em sua área de atuação; identificação dos setores de  
85 usuários de recursos hídricos; e a proposta de composição da Mesa Diretora Provisória. Na  
86 sequência, foi lida a minuta de Resolução que aprova a proposta de instituição do Comitê (**vide**  
87 **anexo 1**), que foi aprovada por unanimidade. A seguir, o Presidente JONEL NAZARENO IURK  
88 passou ao **item 5 de pauta - discussão e deliberação da prestação de contas da aplicação**  
89 **dos recursos do FRHI/PR referente ao ano de 2011**. A Secretária Executiva MARIANNA  
90 SOPHIE ROORDA esclareceu que a prestação de contas do FRHI/PR está prevista no Decreto  
91 9.132/10, e que deve ser feita pelo AGUASPARANÁ. A mesma foi elaborada pela Diretoria  
92 Administrativa Financeira do Instituto e aborda um breve histórico, a legislação pertinente, a origem  
93 dos recursos e o plano de aplicação desses recursos anteriormente aprovados pelo CERH/PR. A  
94 prestação de contas foi submetida à Plenária e aprovada por unanimidade. A seguir, o Presidente  
95 JONEL NAZARENO IURK passou ao **item 6 de pauta - discussão e deliberação sobre proposta**  
96 **de aplicação dos recursos do FRHI/PR referente ao biênio de 2013 e 2014**, e solicitou que o Sr.  
97 ENEAS SOUZA MACHADO, Diretor de Gestão de Bacias Hidrográficas do AGUASPARANÁ,  
98 fizesse as considerações necessárias. O mesmo comentou a Nota Técnica, encaminhada aos  
99 Conselheiros, que foi elaborada com os resultados das aplicações feitas em 2011 e 2012, bem  
100 como a proposta de aplicação para o biênio de 2013/2014 para o total de recursos previstos da  
101 ordem de R\$ 12 milhões (**vide anexo 1**), oriundos da compensação financeira pela exploração de  
102 recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, sendo rateados entre custeio do sistema  
103 estadual de gerenciamento de recursos hídricos, Planos de Bacia Hidrográfica, Programa de  
104 Capacitação de Comitês de Bacia e demais segmentos da Sociedade, Sistema de Informações em  
105 Recursos Hídricos, Cadastro de Usuários das Bacias do Alto Iguaçu e Alto Ribeira, bem como da  
106 Bacia do Rio Tibagi, e instalações físicas do Instituto das Águas do Paraná. O Conselheiro  
107 MÁRCIO FERNANDO NUNES, do AGUASPARANÁ, mencionou que o Governador aprovou a

108 contratação de funcionários para todo o Sistema SEMA, sendo que o Instituto das Águas do  
109 Paraná passará a contar com 112 novos funcionários. Na sequência, o Presidente JONEL  
110 NAZARENO IURK colocou em votação a minuta de Resolução que trata do Plano de aplicação dos  
111 recursos financeiros do FRHI/PR para o biênio de 2013 e 2014, que foi aprovada por unanimidade.  
112 A seguir, passou ao **item 7 de pauta - discussão e deliberação sobre a minuta de Decreto que**  
113 **dispõe sobre a pauta tipificada de infrações e penalidades de que trata o art. 50 da Lei**  
114 **Estadual nº 12.726, de 26 de novembro de 1999**, e convidou o Sr. NORBERTO RAMON, Diretor  
115 de Planejamento e Controle do Uso das Águas do AGUASPARANÁ, para fazer suas  
116 considerações. Disse se tratar de matéria de extrema importância para a outorga de uso dos  
117 recursos hídricos, possibilitando um trabalho mais profícuo para as equipes de fiscalização dos  
118 recursos hídricos, e que, na revisão da Lei 12.726/99, esse assunto foi remetido para ser tratado  
119 em Decreto Governamental, e que estava, portanto, sendo submetido à Plenária do Conselho. A  
120 Secretária Executiva MARIANNA SOPHIE ROORDA complementou a fala dizendo que essa  
121 minuta foi amplamente discutida pelos técnicos do AGUASPARANÁ e pela Câmara Técnica de  
122 Assuntos Institucionais e de Conformidade de Matérias Legais – CTIL, e apresentou os capítulos  
123 da minuta de Decreto (**vide anexo 1**). Em não havendo questionamentos, a matéria foi colocada  
124 em votação e aprovada por unanimidade. A seguir, o Presidente JONEL NAZARENO IURK passou  
125 ao **item 8 de pauta - apresentação das regras operativas dos reservatórios no Rio Iguaçu**, e  
126 convidou o Sr. VINICIUS FORAIN ROCHA, Gerente de Recursos Hídricos e Meteorologia do  
127 Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, para fazer a apresentação (**vide anexo 2**). O  
128 mesmo relatou as atribuições, funções e objetivos do ONS, apresentou uma visão geral do Sistema  
129 Interligado Nacional – SIN, descreveu o Planejamento da Operação Energética do SIN e finalizou  
130 com uma apresentação da Operação do Sistema de Aproveitamentos Hidrelétricos da Bacia do Rio  
131 Iguaçu. Quanto ao Parque Nacional do Iguaçu, mencionou que a afluência mínima estabelecida em  
132 Resolução é de 200 m<sup>3</sup>/segundos para manutenção das quedas e proteção da fauna. Também  
133 comentou, que por haver uma redução da necessidade energética nos finais de semana, é feito um  
134 represamento das águas no sentido de encher os reservatórios para utilização nos dias de  
135 semana, com maior demanda energética. O Presidente JONEL NAZARENO IURK parabenizou a  
136 apresentação e abriu para comentários. O chefe do Parque Nacional do Iguaçu, JORGE  
137 PEGORARO, comentou que a oscilação da vazão de águas nas Cataratas do Iguaçu, não só com  
138 relação a chuvas, mas também devido à operação dos reservatórios, tem sido uma grande  
139 preocupação, principalmente porque esta diminuição de vazão se dá com ênfase nos fins de  
140 semana, quando existe um maior fluxo de visitantes ao Parque. Comentou que essa oscilação da  
141 vazão é prejudicial para a biodiversidade do Parque, e também acarreta problemas erosivos nas  
142 margens do Rio Iguaçu. Questionou se com a instalação da Usina do Baixo Iguaçu, cujo processo  
143 de licenciamento ainda está em aberto, o mesmo estaria contribuindo positiva ou negativamente  
144 com essas oscilações de vazão. O Sr. VINICIUS FORAIN ROCHA comentou que por se tratar de  
145 uma Usina a fio d'água, a situação atual se manteria. O Conselheiro EDUARDO ALVIM, da SETI,  
146 questionou qual tem sido o histórico de mudança das regras operativas de reservatórios no Rio  
147 Iguaçu, e também quais seriam as instâncias legais para se alterar essas regras. O Sr. VINICIUS  
148 FORAIN ROCHA comentou que décadas atrás, na instalação de novo empreendimento  
149 hidrelétrico, não havia uma preocupação com a situação a jusante. Disse que nos últimos 10 anos  
150 passou-se a ter uma avaliação ambiental integrada da Bacia. Comentou que determinadas  
151 restrições são levadas à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e à Agência Nacional de  
152 Águas – ANA. No caso do rio Iguaçu, por se tratar de rio de domínio da União, isso seria um  
153 assunto a ser tratado com a ANA, que já emitiu diversas Resoluções estabelecendo condições  
154 operativas de reservatórios a nível nacional. O Conselheiro JOSÉ LOURIVAL MAGRI, da Tractebel  
155 Energia, com relação à afluência mínima de 200 m<sup>3</sup>/seg ao Parque Nacional do Iguaçu, perguntou  
156 qual a relação desta vazão com a vazão mínima, a vazão sanitária em relação à vazão natural do  
157 rio nesse trecho. O Sr. VINICIUS FORAIN ROCHA comentou que o caso mais crítico foi em 2009,  
158 mas que foi atendida a vazão de 200 m<sup>3</sup>/seg, e que nos últimos anos foi realizada uma operação  
159 para manter esse valor mínimo por vertimento só nos fins de semana. A Conselheira MARTA  
160 YOSHIE TAKAHASHI, da SETU, comentou que a Secretaria de Estado do Turismo tem fomentado  
161 o turismo náutico no Estado do Paraná, inclusive nos reservatórios do Rio Iguaçu, e que essa  
162 oscilação dos níveis dos reservatórios tem dificultado bastante a demarcação de áreas para

163 implementar estruturas de apoio ao turismo náutico, que vem sendo uma alternativa econômica  
164 para a região. O Presidente JONEL NAZARENO IURK, com relação ao estabelecimento de uma  
165 vazão cênica para as cataratas, perguntou sobre a possibilidade de se fazer uma modelagem em  
166 que os reservatórios destinados à regularização, associados aos contribuintes intermediários dos  
167 diversos reservatórios, pudessem garantir uma vazão cênica das Cataratas. Após um intervalo,  
168 passou ao **item 9 de pauta - apresentação do processo de regulamentação da Lei de**  
169 **segurança de barragens**, e convidou o Sr. CARLOS MOTTA NUNES, Gerente de Regulação de  
170 Serviços Públicos e Segurança de Barragens da Agência Nacional de Águas – ANA, para fazer a  
171 apresentação (**vide anexo 3**). O mesmo disse que a lei distribuiu as obrigações de segurança de  
172 barragens entre o governo federal, empreendedores e governos estaduais, cabendo à ANA  
173 promover a articulação entre os entes envolvidos. Disse haver cerca de 7 mil reservatórios no  
174 Brasil com área de mais de 20 hectares, sendo cerca de mil para geração de energia e cerca de  
175 300 para rejeitos de mineração, sendo que o Paraná conta com cerca de 150 a 200 barramentos.  
176 Mencionou o desafio que vai ser regulamentar, fiscalizar, e acompanhar a segurança de barragens  
177 no Brasil. Quanto à gestão da segurança de barragens, abordou a importância das inspeções  
178 regulares e especiais. Disse que a lei define a necessidade de se ter um Plano de Segurança de  
179 Barragem, bem como um Plano de Ação de Emergência. Disse que a Lei de Segurança de  
180 Barragens veio transformar boas práticas já existentes, em obrigações, que ainda necessitam ser  
181 regulamentadas. Detalhou as obrigações inerentes ao órgão fiscalizador, à ANA e ao CNRH, bem  
182 como as responsabilidades do empreendedor. Na sequência, detalhou as características das  
183 barragens para fins de enquadramento na Lei e apresentou os instrumentos definidos pela Lei.  
184 Quanto aos órgãos fiscalizadores, o DNPM é responsável pelas barragens de rejeitos de  
185 mineração, o órgão ambiental pelas barragens de resíduos industriais, a ANEEL, pelas barragens  
186 de geração de energia hidrelétrica, e o órgão gestor de recursos hídricos pelos demais usos (órgão  
187 estadual no caso de rios de domínio do Estado e ANA no caso de rios de domínio da União). Ao  
188 finalizar, disse que se espera que cada Estado mantenha o cadastro de barragens sob sua  
189 responsabilidade, que se fiscalize a segurança das barragens sob sua jurisdição e que se  
190 encaminhe anualmente as informações consolidadas para a ANA visando ao Relatório Anual de  
191 Segurança de Barragens. Em não havendo considerações por parte da Plenária, a Secretária  
192 Executiva MARIANNA SOPHIE ROORDA passou ao **item 10 de pauta - apresentação dos temas**  
193 **prioritários encaminhados para pauta do Conselho Nacional de Recursos Hídricos no biênio**  
194 **2013 e 2014**, e convidou o Sr. MAURI CESAR BARBOSA PERIRA, Coordenador de Recursos  
195 Hídricos da SEMA, para fazer a apresentação. O mesmo explicou que todos os anos o Conselho  
196 Nacional de Recursos Hídricos – CNRH faz uma consulta aos Conselheiros sobre os temas  
197 prioritários a serem trabalhados pelo Conselho de uma lista bastante extensa de temas. Comentou  
198 que os temas encaminhados pelo Paraná foram: agenda integrada entre a União/ANA e os órgãos  
199 gestores estaduais; integração entre os distintos Planos de Recursos Hídricos; inclusão de todos  
200 os Conselhos Estaduais no CNRH; agenda integrada de recursos hídricos e saneamento; diretrizes  
201 para articulação entre a União e os Estados com vistas ao fortalecimento da gestão de águas  
202 subterrâneas em aquíferos de abrangência interestadual e transfronteiriço; integração com políticas  
203 setoriais e usos múltiplos da água; e aprimoramento dos mecanismos de consulta e de priorização  
204 da aplicação dos recursos oriundos do setor hidrelétrico. A seguir, a Secretária Executiva  
205 MARIANNA SOPHIE ROORDA passou ao **item 11 de pauta - discussão e deliberação sobre a**  
206 **Resolução nº77 CERH/PR, de 30 de agosto de 2012, referente à inclusão da Administração**  
207 **dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA no Comitê da Bacia Litorânea**, e comentou que  
208 essa Resolução foi encaminhada aos Conselheiros acompanhada de Nota Técnica explicando que  
209 após a aprovação da composição do Comitê da Bacia Litorânea pela Plenária do Conselho, houve  
210 uma solicitação da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA para participar  
211 deste Comitê. Por se tratar de uma instituição da maior relevância do Poder Executivo Estadual  
212 nesta Bacia, a secretaria executiva do Conselho fez uma consulta aos membros da Mesa Diretora  
213 Provisória instituída por Resolução do CERH/PR, sendo que houve pronunciamento favorável da  
214 maioria dos membros. Entendendo que essa foi uma decisão posterior à aprovação do Comitê pelo  
215 Conselho, foi emitida uma Resolução a ser referendada pela Plenária do Conselho. Em não  
216 havendo discordância com a matéria, a Secretária Executiva fez a leitura da Resolução nº 77  
217 CERH/PR, que foi devidamente referendado pela Plenária. Na sequência, passou ao **item 12 de**

218 **pauta – assuntos gerais**, e comentou que no dia 06 de dezembro houve a solenidade de posse  
219 do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema – CBH Paranapanema, contando com 25  
220 membros titulares e 25 suplentes do Estado do Paraná, e mesmo número pelo Estado de São  
221 Paulo. Foi também eleita a nova Diretoria para os próximos 4 anos, ficando na Presidência o Sr.  
222 Everton Luiz da Costa Souza, Diretor Executivo do AGUASPARANÁ, representando o Poder  
223 Executivo Estadual, como primeiro vice presidente, o representante do setor industrial de São  
224 Paulo, Sr. Adriano Melo, e como segundo vice presidente, o Sr. Paulo Fernando Soares, da  
225 Universidade Estadual de Maringá – UEM, representando a Sociedade Civil. Na sequência já  
226 houve uma reunião de trabalho, com a aprovação de algumas deliberações. Comentou que foi a  
227 primeiro Comitê Federal a se instalar dentro do prazo estabelecido, e que foi aprovado com louvor  
228 pelo CNRH. A seguir, solicitou que fosse entregue o certificado de posse aos membros do Paraná  
229 que ficaram impossibilitados de atender a essa reunião. Na sequência, o Sr. JOSÉ CARLOS  
230 ALIAGA, da SEPL, comentou que na reunião anterior havia solicitado uma apresentação pelo  
231 AGUASPARANÁ a respeito do trabalho que está sendo desenvolvido referente à instalação de  
232 sistemas de abastecimento nas comunidades rurais. Também solicitou que, conforme demanda  
233 anterior, fosse feita uma apresentação pela MINEROPAR sobre áreas contaminadas no Estado do  
234 Paraná, afetando os aquíferos freáticos e os aquíferos profundos. Também sugeriu que fosse  
235 apresentado o Programa de gestão de solo e água em bacias hidrográficas, que está sendo  
236 retomado no Estado do Paraná, inicialmente com 400 microbacias hidrográficas. O Conselheiro  
237 ADRIANO WILD, do MATER NATURA, sugeriu que uma minuta de Resolução tratada no Conselho  
238 Estadual do Meio Ambiente – CEMA, referente à outorga e qualidade da água e procedimentos do  
239 IAP e AGUASPARANÁ, no âmbito da Bacia do rio Iguaçu, fosse também trazida para discussão  
240 neste Conselho. Também sugeriu que fosse apresentado nesta Plenária o Programa de Educação  
241 Ambiental em Bacias Hidrográficas que foi apresentado pela Secretaria de Estado da Educação em  
242 evento realizado no Parque Barigui, no dia 23 de novembro. Por último, recomendou que o material  
243 a ser analisado nas reuniões do Conselho, fossem disponibilizados no site do Conselho, ao invés  
244 de ser encaminhado impresso aos Conselheiros. O Presidente JONEL NAZARENO IURK  
245 concordou com as manifestações dos Conselheiros, disse que houve um considerável avanço na  
246 implementação da política de recursos hídricos ao longo do ano, em especial quanto à elaboração  
247 e contratação de Planos de Bacia Hidrográfica. Agradeceu a todos, e em não havendo mais  
248 assuntos a serem tratados, deu por encerrada a 20ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual  
249 de Recursos Hídricos, da qual eu, MARIANNA SOPHIE ROORDA, Secretária Executiva do  
250 CERH/PR, lavrei a presente ata, em Curitiba, aos 27 dias de junho de 2012.

251 De acordo

252 Curitiba, 11 de dezembro de 2012

253

254

255

256

**JONEL NAZARENO IURK**  
**Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos**  
**Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos**